

DIMENSÃO ÉTICA NA INDEXAÇÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO*

MARIA CECÍLIA JARDIM BARROS**

LARISSA SILVA COSTA***

LARISSA DE OLIVEIRA BUSTILLOS VILLAFAN****

VANIA LISBOA DA SILVEIRA GUEDES*****

ROSALI FERNANDEZ DE SOUZA*****

Resumo: A pesquisa aborda a dimensão ética da indexação na Organização do Conhecimento e se insere em contexto de discussão sobre a atuação do profissional da informação na promoção da equidade na representação do conhecimento, em contextos socioculturais e ideológicos. Objetiva investigar a relação entre ética e indexação, analisando impactos das práticas indexadoras na representação de grupos sociais marginalizados, mencionados na literatura. A pesquisa adota abordagem metodológica bibliográfica e qualitativa com intuito de construir uma base teórico-empírica. Foram realizadas buscas nas bases de dados Brapci, SciELO, Scopus, LISA e WoS. Os resultados indicam que sistemas tradicionais de indexação, mencionados na literatura, tendem a reforçar estereótipos e preconceitos, o que evidencia a necessidade de revisão contínua de critérios de adequação de termos para representação desses grupos sociais. Assim, para evitar desvios linguísticos, preconceitos e estigmatização é preciso, ao representar, considerar contextos socioculturais e a pluralidade dos sujeitos da informação.

Palavras-chave: Ética; Indexação; Organização do Conhecimento; Representação do Conhecimento.

Abstract: The research addresses the indexing ethical dimension in Knowledge Organization and is part of a discussion on the role of information professionals in promoting equity in the knowledge representation in sociocultural and ideological contexts. It aims to investigate the relationship between ethics and indexing, analyzing the impact of indexing on the representation of marginalized social groups mentioned in the literature. The research adopts bibliographical and qualitative approaches for a theoretical and empirical base. Searches were carried out in the Brapci, SciELO, Scopus, LISA and WoS

* O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

** Doutoranda em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e Universidade Federal do Rio de Janeiro (IBICT-UFRJ). Email: cecilia.barrosufrj@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-1631-3156>.

*** Mestra em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e Universidade Federal do Rio de Janeiro (IBICT-UFRJ). Email: larissa.silva0349@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6491-2258>.

**** Departamento de Biblioteconomia da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC) do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Email: larissavillafan@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3426-5958>.

***** Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e Universidade Federal do Rio de Janeiro (IBICT-UFRJ)/Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Email: vanialisboa@facc.ufrj.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5854-5677>.

***** Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e Universidade Federal do Rio de Janeiro (IBICT-UFRJ). Email: rosali@ibict.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0890-7999>.

databases. The results indicate that traditional indexing systems, mentioned in the literature, tend to reinforce stereotypes and prejudices, which highlights the need for a continuous review of criteria for adapting terms to represent these social groups. Thus, in order to avoid linguistic deviations, prejudice and stigmatization, it is necessary, when representing, to consider socio-cultural contexts and the plurality of information subjects.

Keywords: *Ethics; Indexing; Knowledge Organization; Knowledge Representation.*

INTRODUÇÃO

A indexação está englobada na Organização do Conhecimento (OC) (Dahlberg 2006; Hjørland 2008), uma vez que a OC usa sistemas como as classificações, os tesouros e as ontologias e processos como a classificação e a indexação, visando a recuperação de documentos (Silva, Tolare e Oliveira 2022). Nesse sentido, a indexação refere-se ao processo que objetiva recuperar o conteúdo presente em documentos, através de conceitos, termos e palavras-chave, por exemplo. Além disso, busca desenvolver diversidade de ferramentas para representação dos documentos, seja na parte seja no todo (Barros 2016).

Gómez (2003) aponta a representação de documentos como uma reescritura do real, sendo o processo pelo qual atribuímos significados ao conteúdo de um registro, à luz de critérios técnico-científicos, culturais e institucionais. Para a autora, esse processo envolve escolhas que impactam diretamente na visibilidade dos temas e na legitimação de determinados discursos, resultando na visibilidade do que é representado, bem como na tendência a invisibilidade e a marginalização daquilo que não passa por processos de representação. Dessa forma, para além de descrever um documento, as representações atuam diretamente sobre a nossa realidade. Logo, seu impacto é social, cultural, político e epistemológico (Gómez 2005).

A indexação, enquanto Processo de Organização do Conhecimento (POC), precisa ser analisada sob uma perspectiva ética para evitar vieses que perpetuem exclusão, marginalização e discriminação. O tema se insere em um contexto mais amplo de discussão sobre a atuação dos profissionais da informação na promoção da equidade no acesso ao conhecimento, em diferentes contextos, socioculturais e ideológicos. A pesquisa objetiva investigar a relação entre ética e indexação, analisando os impactos das práticas indexadoras na representação de grupos sociais historicamente marginalizados, mencionados na literatura.

A base teórica está ancorada em estudos sobre ética na Ciência da Informação (CI), com destaque para as discussões de El Hadi (2019) sobre vieses socioculturais nos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) e para Tomaz e Felipe (2024), que analisam a indexação da transexualidade, evidenciando resistências na adoção

de terminologias inclusivas. Complementarmente, Lage (2024b) que reflete sobre a responsabilidade dos profissionais da informação na indexação, ressaltando a necessidade de uma postura crítica e sensível aos impactos socioculturais da representação da informação.

1. REFERENCIAL TEÓRICO-EMPÍRICO

A Organização do Conhecimento investiga as relações semânticas entre conceitos que compõem o campo semântico de um domínio do conhecimento e a sua estruturação com o objetivo de criar SOC. Esses sistemas são influenciados pelos contextos socioculturais e intelectuais específicos de cada comunidade discursiva (Guedes 2010). A investigação Organização do Conhecimento vinculada à CI engloba análises semânticas e sociais, como estudos bibliométricos, análise do discurso e comunicação científica entre outros. Essas abordagens favorecem pesquisas interdisciplinares e impulsionam o avanço da Ciência, Tecnologia e Inovação em diversos domínios do conhecimento (Hjørland 2003; Hjørland 2007; Hjørland 2016).

As pesquisas realizadas no âmbito da OC enriquecem tanto o campo epistemológico quanto o campo empírico da área, além de suscitar reflexões sobre os fenômenos que regulam os diversos POC e SOC (Hjørland 2003). Na OC, Hjørland e Barros (2024) mencionam a análise de domínio como o método de organização do conhecimento vinculada tanto à Biblioteconomia quanto à Ciência da Informação.

Hjørland e Albrechtsen (1995) definem a análise de domínio como uma nova abordagem para a CI ou Biblioteconomia e destacam a natureza social, ecológica e orientada ao conteúdo do conhecimento, em oposição às abordagens mais formais e semelhantes a computadores que dominaram na década de 1980. Segundo eles, o caminho mais profícuo para a Ciência da Informação é investigar os domínios de conhecimento como comunidades de pensamento ou comunidades de discurso (cf. Guedes 2010). Hjørland (2002) propõe 11 (onze) abordagens para a análise de domínio, dentre as quais são de interesse para esta pesquisa: a produção e avaliação de classificações especiais e tesouros; a pesquisa sobre competências em indexação e recuperação de informações em especialidades; os estudos de documentos e gêneros em domínios do conhecimento; os estudos epistemológicos e críticos de diferentes paradigmas, suposições e interesses em domínios do conhecimento; estudos terminológicos, LSP (linguagens para fins especiais) e análise de discurso em domínios do conhecimento.

Na Biblioteconomia e CI, Borko e Bernier (1978, p. 8) definem indexação como o processo de analisar o conteúdo informacional de registros do conhecimento e expressá-los na linguagem do sistema de indexação; a norma International Organization for Standardization (ISO 5963, 1985) define indexação como o ato de descrever ou identificar um documento em termos de seu conteúdo temático; enquanto Chan (1994, p. 166) menciona que a indexação envolve basicamente três etapas: i) determinar o

conteúdo temático do item; ii) identificar múltiplos assuntos e/ou aspectos temáticos e inter-relações e iii) representá-los por meio da linguagem de indexação. Para Lancaster (2004), a indexação é o processo de representar de forma sintética as informações materializadas por atos linguísticos, em um texto, para que possam ser recuperadas. A indexação de assuntos visa atender às necessidades de determinada clientela, o que demanda processos decisórios não somente sobre o trata o documento, mas também sobre o provável interesse para determinado grupo de usuários. Segundo Shatz (1997 apud Guedes 2010), a indexação se fundamenta na hipótese de que o conteúdo de um documento pode ser representado, de forma concisa, através de descritores ou palavras-chave, com o objetivo de otimizar e agilizar a recuperação da informação.

Embora essas definições sejam mais adequadas à indexação manual, outras definições podem abranger tanto a indexação manual quanto a automática (Hjørland 2018). A indexação, segundo Mendez Rodriguez e Moreira González (1999 apud Guedes 2010), é uma técnica de classificação e caracterização do conteúdo informacional, tanto do documento quanto das consultas formuladas pelos usuários, retendo as ideias mais representativas e vinculando-as a termos de indexação, extraídos da linguagem natural, empregada pelos autores, ou de um vocabulário controlado, selecionado *a priori*.

Hjørland (2018) discute os conceitos e a teoria da indexação, destacando a natureza subjetiva do indexador, que advém de contextos socioculturais e paradigmáticos próprios. Essa subjetividade desempenha um papel fundamental na forma como a informação é organizada e recuperada, e enfatiza que diferentes indexadores podem categorizar a mesma informação de forma distintas com base em suas perspectivas e experiências únicas. Ele defende o reconhecimento dos contextos sociais em que o conhecimento é produzido e disseminado, o que possibilita a construção de uma estrutura mais robusta para a avaliação e implementação de sistemas de indexação. Nessas perspectivas, o autor promove uma compreensão abrangente da indexação que considera tanto as dimensões subjetivas do indexador quanto as influências socioculturais mais amplas na organização do conhecimento (Hjørland 2018).

A indexação, enquanto processo de organização do conhecimento, pressupõe uma abordagem ética que reconheça a complexidade das práticas de representação da informação e seus impactos sociais. O indexador atua como mediador em sistemas de recuperação da informação, nesse sentido, a dimensão ética não pode ser negligenciada.

Como ressalta Lage (2024a, p. 2), a responsabilidade do indexador está diretamente relacionada à promoção da equidade informacional:

O processo de indexação deve ser pautado na sensibilidade moral, a qual associa-se aos princípios e valores éticos. Ressalta-se a responsabilidade do profissional da informação ao realizar o processo de indexação e pontua-se o seu comprometimento ao processo de representação do conteúdo dos documentos.

Essa atuação do profissional é necessária para evitar desvios linguísticos, preconceitos e estigmatização. Olson (2002 *apud* Lage 2024a) destaca que elementos como gênero, raça, sexualidade e religião podem tornar-se barreiras invisíveis nos processos de representação, perpetuando exclusões.

Além da atuação individual, a existência de políticas institucionais é fundamental para orientar o indexador. Dal'Evedove e Fujita (2015, p. 50) destacam que:

A política de indexação atua como um recurso valioso na busca pela qualidade dos produtos e serviços informacionais [...] proporcionando equilíbrio entre o saber científico e a prática da profissão no que tange ao tratamento temático da informação.

Tal política precisa ser embasada em critérios éticos, administrativos e cognitivos. Como enfatiza Rubi (2008 *apud* Dal'Evedove e Fujita 2015), essas diretrizes «devem ser vistas como uma filosofia que reflita os interesses e objetivos da organização» e não como um conjunto de normas operacionais.

Diante disso, torna-se necessário refletir sobre a ética na indexação como estratégia de democratização no acesso ao conhecimento. A representação temática pode ser inclusiva e sensível às demandas sociais, pois, como afirma Lage (2024a, p. 2), «A informação é uma ferramenta primordial para a construção do conhecimento e, nesse âmbito, deve ser usada para promover a equidade». Portanto, é preciso formar profissionais atentos às implicações éticas na indexação.

A prática da indexação, inserida na OC, carrega implicações éticas significativas, sobretudo quando lida com representações de grupos socialmente marginalizados. A representação temática pautada em descritores imprecisos pode resultar em apagamentos simbólicos e estigmatizados. Nesse sentido, o estudo de Pinho, Melo e Oliveira (2019) analisou como os sistemas SophiA (Biblioteca Nacional) e Pergamum (Universidade Federal de Pernambuco) representam os assuntos «Gênero» e «Sexualidade», identificando a imprecisão dos termos e a necessidade de especificidade na indexação dessa temática:

Após análise e discussão dos resultados, concluiu-se que os assuntos Gênero e Sexualidade não estão sendo explorados de maneira precisa, nem pelo sistema SophiA/BN nem pelo sistema Pergamum/UFPE, levantando questões acerca da importância da especificidade da indexação dessa temática e da ética profissional necessária nesse processo de promover acesso à informação (Pinho, Melo e Oliveira 2019, p. 44).

Cabe ressaltar que não se trata de uma questão puramente técnica, mas ética também. Representar um conteúdo de forma genérica ou inadequada compromete

a recuperação da informação e a própria visibilidade de grupos cuja identidade tem sido historicamente marginalizada.

Esse desafio também aparece na pesquisa de Tomaz e Felipe (2024), que investigaram a categorização da transexualidade e travestilidade em bases de dados disponíveis na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI). Os autores apontam que:

A Organização do Conhecimento deve desenvolver-se de forma ética e com o cuidado para não reforçar estigmatização de um grupo-alvo, como por exemplo, a comunidade LGBTQIAPN+. [...] É crucial desenvolver políticas e práticas que atendam às necessidades específicas dessa população e contribuam para sua dignidade e participação na sociedade (Tomaz e Felipe 2024, pp. 2-3).

Na perspectiva internacional, o caso descrito por Ullstrom (2016), ao analisar os índices de obras sobre povos indígenas no Canadá, demonstra o peso simbólico das escolhas terminológicas. Em sua reflexão, o autor evidencia que:

*Há poder no índice de um livro. Ao construí-lo, posso conduzir os leitores à informação — ou ocultá-la, se assim quiser. Há poder em nomear, em decidir quais termos usar e privilegiar. [...] Ao escrever o índice para *We are coming home*, o editor me pediu que todas as referências fossem indexadas sob os termos indígenas, com remissivas a partir dos termos coloniais. [...] Isso me ensinou que não há posição neutra. Mas a empatia é, talvez, um ponto de partida mais produtivo que a indiferença (Ullstrom 2016, pp. 110-111).*

O depoimento revela que a ética na indexação requer sensibilidade sociocultural e consciência histórica, qualidades importantes para a competência técnica do indexador.

Conforme discute Rösch (2014), os conflitos éticos vivenciados nas práticas bibliotecárias não se resolvem apenas com o «bom senso», ao contrário:

O «senso comum» não é um padrão verificável e geral, mas uma atitude contingente, geralmente altamente subjetiva, que é tomada como universal. [...] Decisões baseadas exclusivamente nele, sem reflexão ética fundamentada, tendem a reforçar preconceitos pessoais e institucionalizados (Rösch 2014, p. 17).

Assim, o indexador está sujeito a pressões institucionais, tais como: políticas editoriais, sistemas de classificação preexistentes e recursos limitados, bem como a contextos socioculturais e ideológicos. Essas influências moldam prática de indexação e, por vezes, geram questões de natureza ética.

Portanto, a ética na indexação demanda a atualização técnica do profissional e postura reflexiva frente às estruturas simbólicas e sociais. Ao reconhecer que não há neutralidade na indexação, o indexador pode refletir sobre questões éticas na representação da informação de forma a obter equidade no acesso à informação.

A indexação, enquanto processo de representação da informação, é influenciada por múltiplos discursos. Tais discursos, conforme Arboit e Guimarães (2015), articulam-se em duas dimensões complementares: os discursos externos: normativos, institucionais e comunitários; e os internos: subjetivos, éticos e ideológicos. Esses discursos influenciam a consciência do indexador, entendida como produto inter-subjetivo e socialmente construído.

A perspectiva bakhtiniana, mobilizada por Arboit e Guimarães (2015), contribui para compreender esse entrecruzamento discursivo. Os autores defendem que «os atos de representar e organizar o conhecimento são profundamente afetados por discursos externos e internos, os quais se entrelaçam no momento da representação como resposta dialógica» (Arboit e Guimarães 2015, p. 324). Nessa ótica, a atividade indexadora é uma construção polifônica, como afirmam os autores:

O indexador é atravessado por um conjunto de diálogos entre o «outro-autor do conteúdo» e o «outro-membro da comunidade». Isso conduz, necessariamente, à não neutralidade do «eu» de quem organiza/representa, cuja ação transcende os limites da racionalidade para alcançar uma ação sensível e ética, que considere a polifonia de diferentes vozes sociais (Arboit e Guimarães 2015, p. 325).

Além dos condicionantes subjetivos e culturais mencionados anteriormente, o profissional da informação está exposto a pressões institucionais e normativas que configuram os discursos externos. Tais pressões se materializam em políticas de indexação, sistemas de classificação e linguagens documentárias que, por vezes, reforçam assimetrias simbólicas. El Hadi (2019, p. 24), ao comparar os sistemas RAMEAU e LCSH, observa que:

Os sistemas de organização do conhecimento contribuem para a marginalização, exclusão e estigmatização de certas categorias populacionais ou culturais, perpetuando vieses estruturais mesmo em tentativas recentes de reformulação terminológica.

Esses sistemas, construídos sob perspectivas hegemônicas, dificultam a visibilidade de identidades dissidentes ou de temas historicamente silenciados. Por isso, o indexador precisa atuar criticamente, avaliando se o vocabulário disponível dá conta de representar de forma adequada os conteúdos em questão.

A dimensão interna do discurso também impõe desafios à prática indexadora. A pesquisa de Bodoff e Richter-Levin (2020, p. 452), ao cruzar escolhas de termos com o posicionamento político de indexadores israelenses, revelou que «a variância na atribuição dos termos foi melhor explicada pelas visões políticas pessoais dos indexadores». Tal resultado evidencia que valores pessoais, ideologia e experiência cultural permeiam a representação temática, mesmo quando mediada por vocabulários controlados.

Por conseguinte, a formação de uma consciência crítica e ética é fundamental. Como destaca Jacobs (2007), o indexador deve estar atento ao impacto de suas escolhas representacionais, reconhecendo sua função como mediador de sentidos e garantidor do acesso equitativo à informação:

Devemos estar cientes de que, como indexadores, somos intermediários. Temos a capacidade de censurar, suprimir e distorcer a informação — podemos impedir que alguém seja ouvido [...], podemos impedir que alguém receba a informação de que necessita [...]. Há um poder oculto incorporado em nossas funções como intermediários (Jacobs 2007, p. 161).

A consciência ética, nesse contexto, ultrapassa a aplicação técnica de normas e procedimentos e envolve uma escuta sensível às vozes sociais, uma leitura crítica das estruturas classificatórias e um compromisso com a inclusão e o pluralismo. Isso implica entender que, como observa Röscher (2014, p. 17), o senso comum não pode ser critério suficiente para decisões representacionais:

O «senso comum» não é um padrão verificável e geral, mas uma atitude contingente, geralmente altamente subjetiva, que é tomada como universal. [...] Decisões baseadas exclusivamente nele, sem reflexão ética fundamentada, tendem a reforçar preconceitos pessoais e institucionalizados.

Portanto, compreender os discursos que atravessam a prática indexadora — tanto externos quanto internos — é condição necessária para que o profissional da informação atue com responsabilidade ética, sensibilidade social e compromisso com a justiça informacional. A OC, nesse sentido, deve ser continuamente repensada à luz das disputas simbólicas que configuram o campo informacional.

2. METODOLOGIA

A presente pesquisa adota abordagem metodológica qualitativa com o intuito de construir uma base sólida de análise teórica. O levantamento bibliográfico teve como objetivo investigar e mapear o estado da arte sobre a temática ética na indexação, visando identificar abordagens, lacunas e contribuições relevantes da OC.

Foram consultadas cinco bases de dados reconhecidas internacionalmente pela relevância na área de Ciência da Informação: Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci), Scientific Electronic Library Online (SciELO), Scopus, Library and Information Science Abstracts (LISA) e Web of Science (WoS). A busca foi realizada utilizando os termos «ética» e «indexação», tanto em português quanto em inglês, o que possibilitou alcançar um escopo internacional de publicações. O cruzamento dos termos visou ampliar a abrangência e a diversidade dos materiais coletados, considerando diferentes contextos socioculturais e epistemológicos.

Ao todo, foram identificados 145 documentos, dos quais 33 (22,7%) foram selecionados como relevantes para os fins desta pesquisa. A seleção foi realizada a partir da análise dos títulos, resumos e palavras-chave, com base em critérios de alinhamento conceitual e metodológico com o objetivo da pesquisa. Os documentos escolhidos serviram tanto para subsidiar a construção do referencial teórico quanto para fundamentar a discussão sobre as implicações éticas da atividade indexadora. Este procedimento metodológico permitiu garantir a consistência da análise e sustentar as proposições desenvolvidas ao longo do trabalho.

A partir da fundamentação metodológica apresentada, foi possível reunir um *corpus* bibliográfico representativo que sustenta a análise proposta. Os documentos selecionados, ao refletirem distintas perspectivas teóricas e contextuais sobre a ética na indexação, permitiram identificar padrões, dilemas recorrentes e avanços conceituais relevantes. Na próxima seção, serão discutidos os principais resultados obtidos a partir da revisão da literatura, com ênfase nas implicações práticas e simbólicas da indexação, na identificação de exemplos concretos de abordagens éticas e nos fatores que influenciam a atuação dos profissionais envolvidos nesse processo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos no levantamento bibliográfico revelam que a discussão sobre a ética na indexação está cada vez mais presente nos estudos da Organização do Conhecimento, embora ainda enfrente desafios estruturais e epistemológicos. A amostra final evidencia um campo em consolidação, marcado por abordagens interdisciplinares e por um crescente reconhecimento do papel do indexador na mediação simbólica da informação.

A análise dos documentos foi orientada pelas abordagens propostas por Hjørland (2002) no âmbito da análise de domínio, que permite compreender os sistemas de organização do conhecimento a partir de suas dimensões epistemológicas, sociais e discursivas. Entre as onze abordagens sugeridas por Hjørland, destacam-se sete de interesse direto para esta pesquisa, que são aqui articuladas com os resultados.

Produção e avaliação de classificações especiais e tesouros: a revisão crítica evidenciou a necessidade de revisão e atualização dos vocabulários controlados utilizados na indexação, sobretudo no que tange à representação de marcadores sociais da diferença, como gênero, raça e sexualidade. Estudos como os de Tomaz e Felipe (2024) apontam para a inadequação de termos utilizados em bases institucionais, revelando a importância de desenvolver tesouros mais inclusivos e representativos das diversidades identitárias e culturais.

Pesquisa sobre competências em indexação e recuperação da informação em especialidades: diversos trabalhos indicam que os profissionais da informação carecem de formação crítica e continuada para lidar com as especificidades de grupos sociais marginalizados. Como observado por Oliveira (2023), a ausência de diretrizes claras e de formação ética aprofundada resulta em decisões representacionais marcadas por subjetividades não problematizadas, o que reforça estigmas e exclusões.

Estudos de documentos e gêneros em domínios do conhecimento: a predominância do gênero «artigo científico» nas publicações analisadas mostra que o debate ainda está restrito ao meio acadêmico, sendo pouco traduzido em documentos normativos, técnicos ou políticos institucionais. Isso revela um descompasso entre a produção acadêmica e sua aplicação prática nos serviços de informação.

Estudos epistemológicos e críticos de diferentes paradigmas, suposições e interesses: as reflexões de autores como Macedo (1986) e Jacobs (2007) são fundamentais nesse eixo, pois mostram que a ética na indexação precisa ser compreendida para além da técnica, como uma prática social situada e atravessada por disputas ideológicas. A indexação não é apenas um processo técnico de representação, mas um campo de poder onde se decide quem será representado, como e com quais consequências.

Estudos terminológicos, LSP e análise de discurso em domínios do conhecimento: a pesquisa evidenciou como determinadas escolhas lexicais, mesmo quando formalmente corretas, podem carregar sentidos estigmatizantes ou desatualizados. Estudos como os de Pinho, Melo e Oliveira (2019) e Ullstrom (2016) reforçam a importância de uma abordagem discursiva sensível às transformações sociais e à emergência de novos sujeitos políticos.

Macedo (1986) discorre quanto as práticas da Biblioteconomia ao apontar que a ideologia dominante espera que o bibliotecário siga apenas códigos de ética que mantêm privilégios à custa da opressão. Para isso, cria mitos que reforçam valores

como competência e eficácia. No entanto, é essencial questionar a quem essa eficiência serve e considerar o impacto social da profissão. O bibliotecário, como mediador do conhecimento, precisa reconhecer seu potencial tanto para a libertação quanto para a dominação.

A pesquisa também dialoga com Oliveira (2023), que analisou a percepção de bibliotecários sobre a ética no tratamento temático da informação, identificando desafios interpretativos na indexação e a necessidade de evitar representações tendenciosas. Além disso, a análise de Jesus e Fujita (2019) evidenciou a presença de valores éticos, como imparcialidade e exaustividade, mas também a carência de diretrizes para garantir uma representação equitativa. A falta de padronização e a ausência de diretrizes formais que contemplem a diversidade são fatores que contribuem para a persistência de problemas éticos na indexação.

Dessa forma, os resultados discutidos nesta seção apontam para a centralidade da ética como eixo transversal às práticas de representação do conhecimento. A partir das abordagens de Hjørland, observa-se que a indexação precisa ser constantemente repensada à luz dos domínios sociais e epistemológicos em que se insere. Nesta perspectiva, os processos de organização e representação do conhecimento demandam reflexões sobre contextos socioculturais e ideológicos.

CONCLUSÕES

O presente estudo teve como objetivo investigar a relação entre ética e indexação, analisando impactos da indexação na representação de grupos sociais historicamente marginalizados. Os resultados indicam que sistemas tradicionais de indexação, mencionados na literatura, tendem a reforçar estereótipos e preconceitos, o que evidencia a necessidade de revisão contínua de critérios de adequação de termos para representação desses grupos sociais. Para evitar desvios linguísticos, preconceitos e estigmatização é preciso, ao representar, considerar os contextos socioculturais e a pluralidade dos sujeitos da informação.

Observou-se que o papel social do indexador não se limita ao aspecto técnico, estendendo-se ao campo político, social e cultural. Diante disso, torna-se urgente refletir sobre o compromisso ético da indexação como instrumento de democratização do conhecimento. A representação, como afirma Lage (2024a, p. 2), deve ser inclusiva e atenta às demandas sociais, a fim de promover a equidade.

Tais constatações apontam para a necessidade do reconhecimento do indexador como sujeito imerso em valores, crenças e repertórios culturais que influenciam suas práticas de representação. Nesse sentido, a mediação desempenhada pelo profissional da informação precisa ser compreendida como ato de responsabilidade social. A neutralidade, frequentemente atribuída ao uso de vocabulários controlados, revela-se ilusória, já que a representação reflete posições socioculturais e ideológicas.

Como sublinha Jacobs (2007, p. 161), ao desempenhar o papel de intermediários, o indexador tem o poder de silenciar vozes, impedir acessos e distorcer sentidos — um «poder oculto» que carrega implicações profundas na formação de sujeitos e na circulação da informação.

A colaboração entre especialistas de diversas áreas do conhecimento e comunidades afetadas pode contribuir para a definição de termos mais representativos e inclusivos na indexação. Além disso, a transparência nos critérios de indexação deve ser ampliada, permitindo maior participação da comunidade acadêmica e dos grupos sociais impactados. Dessa forma, a indexação se torna um processo democrático e equitativo, o que pode contribuir para que o conhecimento seja acessível e representativo de diferentes perspectivas e contextos socioculturais.

Conclui-se que a indexação é um processo que demanda abordagem ética e consciente. A adoção de diretrizes inclusivas assim como a revisão crítica das terminologias utilizadas são passos para adequação de termos na representação da informação e do conhecimento. O compromisso com a ética na indexação, ao ser entendido como parte da responsabilidade social dos profissionais da informação, possibilita o acesso ao conhecimento representativo da diversidade humana. Para isso, são relevantes o desenvolvimento e a implementação de políticas institucionais que incentivem abordagens éticas na organização e representação do conhecimento.

REFERÊNCIAS

- ARBOIT, A. E., e J. A. C. GUIMARÃES, 2015. A ética da organização e representação do conhecimento sob uma perspectiva bakhtiniana. *Knowledge Organization*. **42**(5), 324-331.
- BARROS, T. H. B., 2016. A Indexação e a Arquivística: aproximações iniciais no universo teórico da organização e representação do conhecimento. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*. **21**(46), 33-44.
- BODOFF, D., e Y. RICHTER-LEVIN, 2020. Viewpoints in indexing term assignment. *Journal of the Association for Information Science and Technology*. **71**(4), 450-461.
- BORKO, H., e C. BERNIER, 1978. *Indexing concepts and methods*. Nova Iorque: Academic Press.
- CHAN, L. M., 1994. *Cataloging and Classification: An Introduction*. 2nd ed. Nova Iorque: McGraw-Hill.
- DAHLBERG, I., 2006. Knowledge Organization: A New Science? *Knowledge Organization*. **33**(1), 11-19.
- DAL'EVEDOVE, M., e M. S. L. FUJITA, 2015. Política de indexação: possibilidades de registro e contribuição para a consistência da representação temática da informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*. **20**(2), 47-65.
- EL HADI, W. M., 2019. Cultural Frames of Ethics, a Challenge for Information and Knowledge Organization. *Zagadnienia Informacji Naukowej*. **114**(2), 23-39.
- GÓMEZ, M. N. G., 2005. Linguagem e representação na mediação da informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*. **10**(1), 11-23.
- GÓMEZ, M. N. G., 2003. Representação da informação e do conhecimento: entre a linguagem e o discurso. *Ciência da Informação*. **32**(1), 65-84.
- GUEDES, V. L. S., 2010. *Nominalizações deverbais em artigos científicos: uma contribuição para a análise e a indexação temática da informação*. Tese de doutorado em Linguística, Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

- HJØRLAND, B., 2018. Indexing: Concepts and theory. *Knowledge Organization*. **45**(7), 609-639.
- HJØRLAND, B., 2016. Knowledge Organization (KO). *Knowledge Organization*. **43**(6), 475-484.
- HJØRLAND, B., 2008. What is Knowledge Organization (KO)? *Knowledge Organization*. **35**(2/3), 86-101.
- HJØRLAND, B., 2007. Semantics and knowledge organization. *Annual Review of Information Science and Technology*. **41**(1), 367-405.
- HJØRLAND, B., 2003. Fundamentals of Knowledge Organization. *Knowledge Organization*. **30**(2), 87-111.
- HJØRLAND, B., 2002. Domain analysis in information science: Eleven approaches – Traditional as well as innovative. *Journal of Documentation*. **58**(4), 422-462.
- HJØRLAND, B., e H. ALBRECHTSEN, 1995. Toward a new horizon in information science: domain-analysis. *Journal of the American Society for Information Science*. **46**(6), 400-425.
- HJØRLAND, B., e T. H. B. BARROS, 2024. Análise de domínio. *Em Questão*. **30**, 1-61.
- INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION, 1985. *ISO 5963:1985: Documentation — Methods for examining documents, determining their subjects, and selecting indexing terms*. Suíça: ISO.
- JACOBS, C., 2007. Ethical places, ethical spaces: stopping to listen. *The Indexer*. **25**(3), 161-166.
- JESUS, R. C., e M. S. L. FUJITA, 2019. Política de indexação e ética: uma análise de valores éticos em manuais de política de indexação. *InCID*. **10**(1), 96-112.
- LAGE, J. R., 2024a. *Responsabilidade ética dos indexadores na representação do conhecimento: um olhar sobre o processo de indexação e o uso de linguagem inclusiva*. Bacharelado em Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- LAGE, S. R. M., 2024b. A ética na representação temática da informação. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*. **29**, 1-21.
- LANCASTER, F. W., 2004. *Indexação e resumos: teoria e prática*. Brasília, DF: Briquet de Lemos.
- MACEDO, I. F., 1986. A ideologia na Biblioteconomia: uma reflexão. *Revista da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais*. **15**(2), 210-221.
- OLIVEIRA, L. P., 2023. A percepção do bibliotecário universitário sobre a ética no tratamento temático da informação. *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*. **3**(19), 160-184.
- PINHO, F. A., L. A. F. MELO, e J. P. OLIVEIRA, 2019. Os assuntos gênero e sexualidade: representação temática nos sistemas SophiA/Biblioteca Nacional e Pergamum/UFPE. *Brazilian Journal of Information Studies: Research Trends*. **13**(2), 36-47.
- RÖSCH, H., 2014. Ética em bibliotecas: desafios contemporâneos para o profissional da informação. *Revista ACB*. **19**(1), 8-24.
- SILVA, A. M., J. B. TOLARE, e A. N. OLIVEIRA, 2022. Os processos e sistemas em Organização do Conhecimento: análise de verbetes da Enciclopédia da ISKO. *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*. **3**(17), 34-53.
- TOMAZ, L. B. O. S., e C. B. M. FELIPE, 2024. O papel da indexação na categorização da transexualidade e travestilidade. *Revista Informação na Sociedade Contemporânea*. **8**, 1-24.
- ULLSTROM, S., 2016. Decolonizing the index. *The Indexer*. **34**(3), 110-111.